



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 02/2019

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 24 de janeiro de 2019

----- Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Jorge Inácio, José Galrito e Luís Conceição, presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O senhor presidente informou os membros presentes da não comparência do vereador, Paulo Paulino na reunião, dado que, o mesmo se encontra em serviço externo (Madrid), na Feira Internacional de Turismo 2019 (FITUR). -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** -----

A Câmara considerou justificada, por unanimidade, a falta do vereador Paulo Paulino, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

1

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não se realizaram intervenções -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º 16) respeitante ao dia 23 de janeiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.786.149,96; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.431.871,91; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 346.871,06. -----

Deu-se igualmente conhecimento da informação n.º 28/2019, no que concerne à Empreitada de Revitalização Urbana na aldeia de Martim Longo - Redução de Garantia Bancária referente ao adiantamento. -----

----- **APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA N.º 23/2018:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 23/2018**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2018, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA N.º 01/2019:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 01/2019**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 09 de janeiro de 2018, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **PROPOSTA N.º 10/2019 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM - SAÚDE ORAL 2019:** Foi presente uma

2 

R

proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1 do artº 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Acordo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, em anexo, com uma previsão de custos de 6.000,00 € (seis mil euros). -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para questionar porque razão não existe este serviço no Centro de Saúde, tendo o presidente da Câmara esclarecido que se encontra, no momento a decorrer, por parte da Administração Regional de Saúde (ARS) Algarve o processo administrativo de transferência do projeto de integração de médicos dentistas, nos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e como tal considera imprescindível a elaboração deste protocolo, durante 6 (seis) meses com a Santa Casa da Misericórdia (SCM) enquanto o mesmo não esteja concluído, no sentido de “*continuarmos*” o acompanhamento sistemático e contínuo à comunidade em geral, através da prevenção da saúde oral. -----

O vereador Jorge Inácio continuou a sua intervenção para referir que concorda que o serviço seja efetuado nos Centros de Saúde, considerando ainda, que deveria existir procedimento concursal, “*a tempo inteiro*” para um dentista e higienista oral, no sentido de fixar população no concelho, e de forma a “*prevenir*” os problemas da cavidade oral dos munícipes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 11/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA conjugado com o disposto na alínea u) do Artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprovar o presente protocolo e atribuir a quantia de 144.000,00 € (cento e quarenta e quatro mil euros), conforme cláusula terceira do protocolo, a pagar em tranches mensais de igual valor.-----

R

----- O vereador Jorge Inácio usou da palavra para mencionar que não é contra a atribuição de subsídio à AHBVA, no entanto, é da opinião que deveria existir Bombeiros Municipais ao invés de voluntários, devendo estes ficarem afetos ao serviço de proteção civil, tendo o presidente da Câmara esclarecido que a Autarquia não tem capacidade orçamental para ter esse encargo financeiro, e acrescentar que envidará esforços no sentido de haver um debate/palestra com a referida temática. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 12/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – APOIO SOCIAL**

2019: Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de Colaboração em anexo, com um encargo mensal de 3.000,00 €, num total anual de 36.000,00 € (trinta e seis mil euros).-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 13/2019 – ASDT/ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL E DESENVOLVIMENTO DOS TACÕES – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA:**

Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Luís Conceição, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 750.00 € (setecentos e cinquenta euros) à ASDT – Associação Sociocultural e de Desenvolvimento dos Tacões, para apoio à execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

----- **PROPOSTA N.º 14/2019 – DESCENTRALIZAÇÃO /**
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL:

Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

I. Renunciar as transferências de competências constantes dos diplomas a seguir indicados: **a)** Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres; **b)** Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; **c)** Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação; **d)** Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça, na parte referente ao Município; **e)** Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários, na parte referente ao Município; **f)** Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; **g)** Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação; **h)** Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização; **i)** Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. -----

II. Concordar com a transferência para a CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve - competências constantes dos diplomas a seguir indicados: **a)** Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro - concretiza a

5

R

transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística; b) Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça; c) Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento; d) Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários. -----

III. Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, submeter à Assembleia Municipal a renúncia das transferências supra identificadas, bem como a transferência das competências para a CI – AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, para o ano de 2019, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com os respetivos diplomas sectoriais. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para elaborar uma pequena resenha sobre o assunto, nomeadamente que o processo de transferência de competências inicia-se em 2019, no entanto, a Câmara Municipal não irá aceitar, de momento, qualquer competência, uma vez que existe ainda um grau de incerteza sobre a forma, como se desenvolverá e concretizará o referido processo, todavia, emitirá parecer favorável à decisão relativa à assunção de transferências de competências para a CI – AMAL/Comunidade Intermunicipal do Algarve, nas áreas de promoção turística, justiça, projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento e apoio aos bombeiros voluntários. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para referir que é favorável à aceitação de competências na área das praias marítimas e fluviais, bem como jogos de fortuna e azar, tendo o presidente da Câmara esclarecido que após a publicação dos diplomas setoriais, deveria ter existido uma clarificação aprofundada sobre o assunto, devido à ausência de clareza quanto à operacionalidade do processo, no domínio financeiro, humano e organizacional. O vereador continuou a sua intervenção para salientar que não é muito favorável à Regionalização, no entanto, considera que deveria iniciar uma região piloto.

R

Continuou referindo que considera importante uma reforma que efetive os mecanismos de proximidade e possua realmente benefícios às populações que vivem afastadas dos centros de decisão, e como tal é da opinião que se deve aceitar todas as competências. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que é da opinião que a transferência de competências poderá contribuir para a formação e desenvolvimento das entidades envolvidas no processo, na proximidade do poder local. Contudo, existem riscos inerentes, e nesse sentido deverá ser acautelado um conjunto de aspetos na salvaguarda do interesse público. -----

Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (voto) contra do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----

Apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto contra por considerar que a Câmara Municipal deve já, enquanto antes, querer mais competências, tudo o que venha de competências para a Câmara é sempre bem-vindo”*. -----

----- **PROPOSTA N.º 15/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo em anexo, com o encargo financeiro no montante de 1.000.00 € (mil euros) mensais, num total de 12.000,00 (doze mil euros) ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 16/2019 - ASSOCIAÇÃO ONCOLÓGICA DO ALGARVE – MAMAMARATONA 19 – ATRIBUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013,

R

de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 200,00 € (duzentos euros), à Associação Oncológica do algarve, para financiar a realização da Mamamaratona 19. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 17/2019 - CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 350/2018 – ADELAIDE FAUSTINO LOURENÇO GASPAR:**

Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de Setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de Agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com Artigo Matricial nº 8 e Secção 079 no sítio do Cerro Manuel Dias em nome de cabeça de casal de herança de António Gaspar, que se pretende em regime de 3 partes nas proporções de 1/3 em nome de Adelaide Faustino Lourenço Gaspar, 1/3 em nome de Simone Lourenço Gaspar, e 1/3 em nome de Ivone Lourenço Gaspar, que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 18/2019 – CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DO V TORNEIO DE KARATÉ DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Luís Conceição, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com a o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.000,00 € (mil euros), para a realização do V Torneio de Karaté de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

----- **PROPOSTA N.º 19/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM, NO ÂMBITO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE**

2019: Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Luís Conceição, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo, em anexo, com a atribuição de comparticipação financeira no valor de 17.000,00 € (dezassete mil euros), para apoio à execução do Plano de atividades e às atividades inerentes à preparação do atleta João Albuquerque.-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 21/2019 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E RECREATIVA ESTRELA PEREIRENSE – CONTRIBUIÇÃO**

FINANCEIRA: Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Luís Conceição, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 1.000,00 € (mil euros), à Associação Cultural, Social e Recreativa Estrela Pereirense, para apoio à execução do Plano de Atividades. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para sugerir a existência de um calendário relativo às festividades do concelho, no sentido de não haver coincidência de iniciativas (baile, festas tradicionais, etc), tendo o presidente esclarecido que “*partilha*” da mesma preocupação, todavia, é um assunto que nem sempre depende da Edilidade. Informou ainda que o vereador Paulo Paulino nas várias reuniões tidas com as Associações/clubes “*apela sempre*” para uma coordenação entre entidades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 22/2019 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE**

9 

CONDUTAS DE LIGAÇÃO ENTRE O SISTEMA EM ALTA E SISTEMAS EM BAIXA NO CONCELHO DE ALCOUTIM – SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO:

Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da substituição de caução na importância de 21.742,51 € referente a 5% de reforço de caução descontado aquando do pagamento dos autos de medição, pela garantia bancária n.º N00409922 emitida pelo Novo Banco, S.A. no valor de 21.742,51€, sendo reembolsado à firma José de Sousa Barra & Filhos, Lda, o respetivo valor.-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- PROPOSTA N.º 23/2019 – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DO ANO DE 2018 – APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXO DE CAIXA:

Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o mapa de fluxos de caixa do ano económico de 2018 com um saldo de gerência para o ano seguinte de 998.196,60 € (novecentos e noventa e oito mil cento e noventa e seis euros e sessenta cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- PROPOSTA N.º 24/2019 – RATIFICAÇÃO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE:

Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar retificar a deliberação de 09/01/2019 de acordo com o seguinte:-----

1.Onde se lê: “deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no art.º 54º da Lei n.º91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei 64/2003, de 23 de Agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com **Artigo Matricial nº 108 e Secção 040**, no sítio do Areeiro em nome de **Horácio Neto Carvalho**, que se pretende em regime de compartes

R

nas proporções de ½ em nome de **Ross John Steward** e ½ em nome de **Milena Adriana Alice Van Der Molen** e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão”; -----

2. Deverá ler-se: "deliberar ratificar o despacho n.º 6347/2018, que emite parecer favorável para os efeitos do disposto no art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de Setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de Agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com **Artigo Matricial nº 108 e Secção 040**, no sítio do Areeiro em nome de **Horácio Neto Carvalho**, que se pretende em regime de 2 partes nas proporções de ½ em nome de **Ross John Steward** e ½ em nome de **Milena Adriana Alice Van Der Molen** e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão." -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 26/2019 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO LOTEAMENTO NA ALDEIA DE MARTIM LONGO JUNTO À 2.ª FASE DA AVENIDA DE ACESSO À EB1 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho de aprovação dos esclarecimentos prestados pelo projetista e apreciados pelo Júri do Procedimento, proferido em 07 de janeiro de 2019, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 27/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALCOUTIM, LOULÉ, SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DE GADO BOVINO, OVINO E CAPRINO DO CONCELHO DE ALCOUTIM:** Foi

R

presente uma proposta do vereador da Câmara, José Galrito, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo, em anexo, com a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), ao Agrupamento de Defesa Sanitária de Gado Bovino, Ovino e Caprino do Concelho de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 29/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM, E O CENTRO HUMANITÁRIO DE TAVIRA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - 2019:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcoutim, e o Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa, em anexo, com uma previsão de custos de 66.000,00 € (sessenta e seis mil euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (um) voto contra do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----
Apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto contra, uma vez que isto pode ser prestado por alguma entidade do concelho humanitária, portanto, Tavira não”*. -----

----- **PROPOSTA N.º 30/2019 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

I. Aprovar, ao abrigo alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano - 2019 no valor total de 1.467.353,00€ (um milhão quatrocentos

e sessenta e sete mil trezentos e cinquenta e três euros), e; -----

II. Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, delibere ainda, submeter a presente proposta e a deliberação que recair sobre a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 31/2019 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2019 – NOVOS INGRESSOS:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar que seja remetida para deliberação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2019 – Novos Ingressos.--

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 24 de janeiro de 2019, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas dez horas e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O secretário